



[Atribuição BB CY 4.0](#)

EDUCAÇÃO POPULAR PARA O FORTALECIMENTO DA DEFESA DE DIREITOS HUMANOS DOS(AS) MORADORES(AS) DE PIQUIÁ DE BAIXO/MA

Marcos Moreira Lira¹

Silvia Sousa Silva Albuquerque²

Fausto Ricardo Silva Sousa³

Júlio César Vieira da Cruz⁴

Resumo

O artigo surgiu a partir de um projeto já concluído, desenvolvido através da perspectiva da formação dos discentes de pedagogia da UEMASUL de Açailândia – MA, com base no quadrúplice ensino, pesquisa, extensão e permanência, com foco na relação entres os discentes e suas realidades, enfrentando as situações-problemas-desafios e colaborando para a construção e reconstrução da realidade social da comunidade do Piquiá de Baixo (MA), visando o sentido de fortalecer a comunidade e colaborar na melhoria de qualidade de vida e defesa dos direitos humanos. O objetivo geral é promover uma formação docente com base na Educação Popular e Direitos Humanos, de modo que, esteja relacionado à

¹ Mestre em Educação pelo PPGFOPRED-UFMA. Professor Seletivado na Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão. E-mail: marcos.lira@uemasul.edu.br

² Mestra em Desenvolvimento Regional pela Faculdade Alves Farias. Diretora do curso de Pedagogia na Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão. E-mail: silva.silva@uemasul.edu.br

³ Mestre em Educação pelo PPGFOPRED-UFMA. Professor Seletivado na Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão. E-mail: fausto.sousa@uemasul.edu.br

⁴ Graduando em Pedagogia – UEMASUL. Estagiário Pedagógico no SENAI/MA. E-mail: julio.cruz@uemasul.edu.br

realidade do Território de Piquiá de Baixo. A metodologia é pesquisa-ação e pesquisa qualitativa, partindo dos instrumentos para geração de dados: diário de campo, plano de atividades, relatório de campo, fotografias, observação, vídeos, gravações, entrevistas diretas e não diretas. Tendo como categorias de pesquisa a Educação Popular, Direitos Humanos e Práticas Educativas. Diante disso, as atividades em Educação Popular e Direitos Humanos, trouxe para a comunidade uma maior visibilidade, promovendo um compromisso social, ético e político, da Universidade para com a Comunidade Externa, contribuindo para o fortalecimento da luta pela defesa do meio ambiente e na garantia e defesa de Direitos.

Palavras-chave

Educação Popular; Direitos Humanos; Piquiá de Baixo.

Recebido em: 22/09/2023
Aprovado em: 22/12/2023

POPULAR EDUCATION TO STRENGTHEN THE DEFENSE OF HUMAN RIGHTS OF THE RESIDENTS OF PIQUIÁ DE BAIXO/MA

Abstract

The article emerged from an already completed project, developed from the perspective of training pedagogy students at UEMASUL in Açailândia – MA, based on the quadruple teaching, research, extension and permanence, focusing on the relationship between students and their realities, facing situations-problems-challenges and contributing to the construction and reconstruction of the social reality of the community of Piquiá de Baixo (MA), aiming to strengthen the community and collaborate in improving the quality of life and defending human rights. The general objective is to promote teacher training based on Popular Education and Human Rights, in a way that is related to the reality of the Territory of Piquiá de Baixo. The methodology is action research and qualitative research, based on instruments for generating data: field diary, activity plan, field report, photographs, observation, videos, recordings, directive and non-directive interviews. With Popular Education, Human Rights and Educational Practices as research categories. In view of this, activities in Popular Education and Human Rights brought greater visibility to the community, promoting a social, ethical and political commitment, from the University to the External Community, contributing to the strengthening of the fight for the defense of the environment and the guarantee and defense of Rights.

Keywords

Popular Education; Human rights; Piquiá de Baixo.

DIÁLOGO INICIAL

O presente artigo é originário do projeto de pesquisa-ação intitulado “Educação Popular e Ciências na Realidade do Território de Piquiá de Baixo (MA) – EPCRTPB”, fruto da disciplina de “Ciências Naturais: conteúdos e metodologias”, ministrada ao 4º período do curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, campus de Açailândia, e que versa sobre a localidade de Piquiá de Baixo, comunidade localizada no município de Açailândia/MA, em relação às problemáticas vividas pela população devido às formas de poluição e violação dos direitos humanos praticadas pelas empresas de siderurgia localizadas naquele território.

Os(as) sujeitos(as) envolvidos(as), são moradores(as) da localidade, professores(as), educadores(as) populares, movimentos sociais, jornalistas, militantes e sobretudo, foca-se nas crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade (política, econômica, social e psicofísica).

Com base na Acessória (Assessoria) de Comunicação da Justiça nos Trilhos – JNT (2018) a Comunidade de Piquiá de Baixo, enquanto bairro, existe a quase 50 anos, mas as grandes problemáticas de poluição surgiram no fim da década de 80, com a chegada das Siderúrgicas Viena, Fergumar, Pindaré, Simasa e Gusa Nordeste. Dentre as ações dessas empresas a produção de ferro-gusa é que mais impacta até hoje, adjunto de impactos ambientais, físicos, sociais, econômicos e químicos gerados pela Estrada de Ferro e do entreposto de minério da Vale S.A. A Figura I ilustra esse cenário de poluição cotidianamente enfrentado pela população de Piquiá de Baixo (MA).

Figura I - Piquiá de Baixo cercado pela poluição das Indústrias



Fonte: CRUZ, Marcelo (2018).

Como representado na Figura I, devido a tantos impactos ambientais, a partir de 2005 a Associação de Moradores do bairro Piquiá de Baixo, junto a outros movimentos sociais e organizações sociais sem fins lucrativos, tem realizado manifestações e construção de ações de defesa do seu território, defesa dos direitos humanos e da qualidade de vida, como representado na Figura II.

Figura II - Manifestação da Associação Comunitária dos Moradores (ACMPB)



Fonte: CRUZ, Marcelo (2018).

Diante desse contexto de violação dos direitos humanos e de atuação inquietada por parte de moradores e moradoras de Piquiá de Baixo, a pesquisa interventiva realizada foi uma contribuição para uma luta histórica da Comunidade, na qual, já vem sendo auxiliada por muitos outros projetos e organizações sociais, sendo assim mais uma atuação nas situações-problemas-desafios que já vinham sendo trabalhadas.

Aliada a toda a pertinência social que o projeto abraçou, o justifica-se na perspectiva de formação de discentes de Pedagogia da UEMASUL, uma vez que está atrelado ao quadrúplice: Ensino, Pesquisa, Extensão e Permanência. Partindo do princípio de que a formação docente deve ter pés firmes na relação entre os discentes e suas realidades, enfrentando as situações-problemas-desafios e colaborando para a construção e reconstrução da realidade social. Desta forma, o propósito foi tecer uma pesquisa interventiva com valorização do protagonismo dos sujeitos do território pesquisado e que, assim, reflita uma demanda local vivenciada por acadêmicos(as) do curso.

Para o bairro Piquiá de Baixo o objetivo é fortalecer a comunidade e colaborar na melhoria de qualidade de vida e defesa dos direitos humanos, de modo que, os (as) discentes, juntamente com os moradores e moradoras da localidade, sejam sujeitos ativos e possam fazer uma análise das demandas locais a partir de observações, escutas e vivências para que, coletivamente, possam construir práticas educativas focadas na resolução de desafios enfrentados na realidade que os(as) confrontarão, enquanto educadores e educadoras.

Diante de todo esse contexto, tivemos por objetivo geral da pesquisa: promover uma formação docente com base na Educação Popular e Direitos Humanos, de modo que, esteja relacionado à realidade do Território de Piquiá de Baixo.

Nossa escrita está estruturada em três partes: na primeira faremos uma rápida explanação acerca do embasamento metodológico utilizado no decorrer da pesquisa; na segunda traremos uma curta fundamentação teórica discutindo sobretudo uma educação comprometida com a luta social e direitos humanos; e na terceira parte evidenciaremos algumas práticas realizadas como forma de intervenção para fortalecimento da luta coletiva de Piquiá de Baixo.

CAMINHOS METODOLÓGICOS TRILHADOS

A pesquisa desenvolvida foi de caráter qualitativo com base em Minayo (2001), no sentido de que, parte de uma realidade que não pode ser quantificada, sendo marcada por questões subjetivas, sociais, econômicas e políticas, dentro de um território delimitado por conflitos causados pelos grandes negócios e empreendimentos, sendo os(as) moradores(as) de Piquiá de Baixo os(as) mais afetados(as).

Partindo da formulação de Barroso (2013), evidenciamos as situações-problemas-desafios (categorias de estudo) enfrentadas pela comunidade e que serviram de embasamento da pesquisa: conflito/defesa do território; impacto ambiental; mineração, agronegócio, indústrias e afins; exploração de trabalho. Poluição ambiental; doenças causadas pelo impacto das empresas; necessidade de aproximar o saber acadêmico dos territórios da jurisdição do campo, em especial Piquiá; Presença e ausência de Políticas Públicas; Ensino Multisseriado nas escolas de Educação Infantil; Demanda de questões sociais, políticas, econômicas, proteção de direitos.

Desse modo, com base nas necessidades mais urgentes, necessitou-se de uma demanda de pesquisa-ação com base em Thiollent (2019), uma vez que, diante de tal contexto de violação dos direitos humanos, não era viável apenas observar, relatar e apresentar as problemáticas da localidade, mas se dispor a vivenciá-las enquanto pesquisadores e pesquisadoras que propõem ações conscientes e autônomas coletivamente, para amenizar ou até mesmo extirpar as mazelas e contradições sociais no território pesquisado.

Em nossa primeira vivência na comunidade, no dia 24 de abril de 2023, foi desenvolvida uma visita de campo para identificar junto aos moradores e moradoras com as principais situações-problemas-desafios, as quais foram discutidas em rodas dialógicas durante o período de 24/04 a 12/05 de 2023, para assim, em coletividade, que era expressão das vozes de moradores e moradoras da comunidade, da Justiça nos Trilhos, de professores(as) e discentes da UEMASUL, construirmos um plano de propostas de atividades para serem desenvolvidas no Piquiá de Baixo, com base nas problemáticas mais emergentes.

Esses encontros foram estruturados pelo instrumento metodológico Círculo de Cultura com base em Paulo Freire (1967), onde sempre todos os espaços e sujeitos são organizados em formato de círculo, na intenção de

promover mais diálogos e facilitar uma visão ampla entre todos(as), e assim, para se sentirem acolhidos(as) e dispostos(as) a participar, culminando em conversas dialógicas significativas e que apresentaram grandes avanços nas construções de atividades eficientes.

Para construção coletiva dos dados de pesquisa, foram utilizadas as ferramentas como caderno de campo, registro fotográfico, conversas diretivas e não diretivas, relatório de campo, planos de atividades didáticas pedagógicas, a exemplo de jogos, brincadeiras, ludicidade, atividades físicas psicomotoras, desenhos, pintura, gravura, vídeos e músicas.

Consequente, para análise dos dados gerados consideraram-se os processos de significação dos sujeitos envolvidos, por meio das reuniões e rodas dialógicas de avaliação das ações, palavras geradoras, textos e produções artísticas coletivas.

FORMAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO POPULAR E DIREITOS HUMANOS: COMUNIDADE PIQUIÁ DE BAIXO

Como referencial teórico metodológico prático, pautou-se na compreensão da formação humanizadora (ARROYO, 2004), Educação Popular (1967, 1980, 1990) e Direitos Humanos (BOBBIO, 2004; CANDAU, 2008). Para a construção da relação entre Educação Popular e Direitos Humanos (PNEDH, 2007; TAVARES, 2010), quanto a relação de sujeitos da pesquisa e suas realidades, partiu-se da noção sobre constituição histórica cultural (VYGOTSKY, 1995; 2001; 2003).

A formação docente humanizadora (ARROYO, 2004), é no sentido de que os (as) graduandos de Pedagogia, precisam estar em contato com a realidade social. Compreender a educação como uma prática social é visualizá-la para além das amarras de um sistema que busca fazer das instituições escolares e da formação educacional institucionalizada um mecanismo unilateral de atendimento às demandas e necessidades do capital, formando indivíduos como mão de obra, mesmo que para tanto sejam levantados discursos enganosos que tragam bandeiras e categorias emancipatórias, assim, de luta popular contra-hegemônica.

Nesse sentido, não podemos nos furtar o direito de dimensionar a educação popular como uma prática genuinamente transformadora, que enxerga na realidade social o alicerce para serem construídas atuações educativas interventivas e contra-hegemônicas, assim, essencialmente políticas. Não se trata de um olhar ingênuo acerca das possibilidades que as práticas e instituições educativas possuem quando compreendemos as profundas desigualdades sociais que estruturam nossa sociedade, mas de um compromisso firmado na não aceitação dessa mesma estrutura, desnaturalizando-a, e, como dimensiona Paulo Freire (1992), conduzindo-se por um esperar, que nos impele à ação transformadora, e não à espera passiva.

Importante ressaltar que em espaços não formais, onde ocorrem atividades educacionais, podem ser desenvolvidas inúmeras dimensões de direitos humanos, “por meio de ações das comunidades, dos movimentos e organizações sociais, políticas e não governamentais até as do setor da educação e da cultura” (PNEDH, 2007, p. 43). Dentro dessas vertentes, pensarmos em atividades educacionais, podem englobar a perspectiva de uma construção do saber epistemológico em Educação Popular e o desenvolvimento de participações em ações coletivas, que partem da noção principalmente de cidadania democrática, como pauta central.

Partindo desse entendimento, a formação docente não pode se resumir a uma preparação ao campo de trabalho, bem como qualquer formação em instituição escolar. O propósito da educação é formar cidadãos e cidadãs conscientes e críticos para atuar em sociedade, para serem capazes de transformá-la em benefício da coletividade, atendendo a um bem comum.

Esse propósito se aproxima do que o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos no Brasil (2007), a qual, a educação de base popular e dialógica pode promover a sensibilização e conscientização dos sujeitos, logo, amenizará os conflitos coletivos e individuais cotidianos, para não se agravarem. “[...], além disso, eleva-se a capacidade de as pessoas identificarem as violações dos direitos e exigirem sua apuração e reparação”. (PNEDH, 2007, p. 44).

Pensar-se numa Educação em Direitos Humanos, frente a todo contexto que vivenciamos na atualidade, sem dúvidas é um dos mais importantes instrumentos frente ao combate às violações de direitos humanos, logo, sendo trabalhados temas e relações sociais como tolerância, principalmente na

valorização da dignidade de vida e nos princípios democráticos de direitos. (TAVARES, 2010).

Portanto, desenvolver uma prática pedagógica na Educação em Direitos Humanos por meio da Educação Popular, é “a possibilidade de aprofundar a consciência de sua própria dignidade, a capacidade de reconhecer o outro, de vivenciar a solidariedade, a partilha, a igualdade na diferença e a liberdade”. (NASCIMENTO, 2000, p. 121).

Assim sendo, com base em Paulo Freire (1967), a formação docente se dá no processo de autorreconhecimento de si mesmo, pois, quando nos compreendemos no e com o mundo, somos capazes de entender os (as) outros(as) sujeitos, criando uma afetividade com a luta do(a) companheiro(a) e formas coletivas de agir na realidade.

Nesse mesmo campo de discussão, o referido autor nos confronta ao sinalizar que é preciso ter um respeito aos saberes epistemológicos dos sujeitos que mantemos contato, não hierarquizando os diferentes tipos de conhecimento, mas visualizando suas diferenças e riquezas, fazendo com que a educação, efetivamente popular, se entrelace com essa pluralidade de compreensões da realidade e defesa dos direitos humanos. Deste modo, como denota Arroyo (2014), é necessário que o (a) professor(a) entenda que na realidade social há outros sujeitos e outras pedagogias, que concebem o mundo de diferentes formas e constroem conhecimentos tendo suas experiências materiais como base.

Importante ressaltar que nosso ponto de partida, parte do pressuposto de que os direitos humanos são objetos de desejo humano, ou seja, partem de uma lógica de objetivos que são necessários serem conquistados e perseguidos, mas é necessária uma racionalidade crítica de compreender que não foram todos reconhecidos para todos(as) em igual medida, sendo assim, estamos convencidos de que lhes encontrar um fundamento. Portanto, “aduzir motivos para justificar a escolha que fizemos e que gostaríamos fosse feita também pelos outros, é um meio adequado para obter para eles um mais amplo reconhecimento”. (BOBBIO, 2004, p. 12).

Desse modo, “as relações entre direitos humanos, diferenças culturais e educação colocam-nos no horizonte da afirmação da dignidade humana num mundo que parece não ter mais essa convicção como referência radical.” (CANDAU, 2008, p. 54). Portanto, parte do princípio de não objetificar a perspectiva de direitos humanos enquanto uma lógica positivista e funcionalista,

mas na compreensão de que a quem o direito recobre, ou seja, seres humanos, dotados de cultura, sentimentos, ideologia, política, espiritualidade e crenças, logo, trata-se de afirmar uma perspectiva alternativa e contra hegemônica de construção social, política e educacional. (CANDAUI, 2008).

Consequente, entendemos os(as) sujeitos(as) com base em Vygotsky (1995, 2001, 2003), enquanto formados por uma constituição histórica cultural humana, em que, todo conhecimento adquirido e comportamento é resultado da vivência, história e experiências relacionadas com a realidade particular e singular de cada sujeito(a).

A questão que se coloca é a necessidade de entender, por um lado, a construção de Educação Popular em Direitos Humanos como fruto das vivências humanas, de nossa relação com o mundo, e, por outro lado, que as experiências cotidianas populares são ricas em conhecimentos que precisam ser incorporados ao currículo escolar formal e não formal, para que as práticas docentes no processo de ensino-aprendizagem sejam transformadoras e humanizadoras. Assim, da mesma forma que urge a necessidade de desnaturalizar as desigualdades sociais e a atuação escolar como formadora de mão de obra, faz-se latente a desconstrução de um Educação em Direitos Humanos, bem como seu currículo, distante dos saberes populares, das demandas advindas da materialidade das vivências de diferentes sujeitos sociais em seus referidos contextos.

PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO POPULAR EM DIREITOS HUMANOS NO TERRITÓRIO DE PIQUIÁ DE BAIXO – AÇAILÂNDIA/MA

No decorrer do projeto Educação Popular e Ciências na Realidade do Território de Piquiá de Baixo – Açailândia/MA (mar./2023 o nov./2023), foram realizadas algumas atividades construídas pelos moradores e moradoras da comunidade, organizações sociais, discentes e docentes do curso de Pedagogia da UEMASUL, campus de Açailândia. As ações partiram de temas gerados pelas principais situações-problemas-desafios enfrentadas na defesa do território, meio ambiente, memórias, trajetórias e dos direitos humanos.

Pensar na Educação Popular e Direitos Humanos no território de Piquiá de Baixo, é reflexão de que a problemática que está diante de nossos olhos não

Revista SCIAS. Direitos Humanos e Educação, Belo Horizonte/MG, v. 6, n. 2, p. 74-97, jul./dez. 2023. e-ISSN: 2596-1772.

parte somente de um viés filosófico, mas sobretudo jurídico e também político. Perante o contexto, não se tratar de descrevermos detalhadamente quais e quantos são esses direitos, qual suas origens e fundamentos, “... se são direitos naturais ou históricos, absolutos ou relativos, mas sim qual é o modo mais seguro para garanti-los, para impedir que, apesar das solenes declarações, eles sejam continuamente violados”. (BOBBIO, 2004, p. 16).

Portanto, foram construídas e realizadas as seguintes atividades e suas datas: Contação de Histórias na Escola Municipal Almirante Barroso (19 de maio de 2023); Construção de Brinquedos Lúdicos na Escola Municipal Almirante Barroso (22 de maio de 2023); Gincana na Quadra do Piquiá de Baixo (25 de maio de 2023); Oficina de Fotografia no Território de Piquiá de Baixo (5 de junho de 2023); Oficina de Cartografia Social (16 de junho de 2023) e Feira de Artesanato na UEMASUL com as mulheres artesãs do Piquiá de Baixo (28 de junho de 2023). Esta última não será aqui apresentada, pois ainda vai passar por um processo de avaliação coletiva entre os organizadores.

Pensar na Universidade realizando essas ações e ocupando esses territórios de forma democrática, coletiva e numa perspectiva de Educação Popular em Direitos Humanos, conforme o (PNEDH, 2007, p. 37), “é notório a urgência em participar da construção de uma cultura de promoção, proteção, defesa e reparação dos direitos humanos”, construindo por meio de ações interdisciplinares, nas diferentes formas de relações a multidisciplinaridade das diversas áreas do conhecimento humano com os saberes e práticas populares.

Contação de Histórias e Construção de Brinquedos Lúdicos na Escola Municipal Almirante Barroso do Piquiá de Baixo – Açailândia/MA

A atividade de Contação de Histórias e de Construção de Brinquedos Lúdicos surgiu de uma demanda apresentada pela diretora da Escola Municipal Almirante Barroso, em uma visita realizada no dia 24 de abril de 2023 ao território de Piquiá de Baixo. A questão central era a falta de momentos lúdicos com as crianças para além de aulas em sala. Desse modo, a contação de histórias explorou espaços da escola como o pátio e a sala de leitura, conforme a Figura III.

Figura III – Contação de histórias na Sala de Leitura



Fonte: LIRA, 2023.

A ação de contação de histórias foi realizada dia 19 de maio de 2023, com as mães e as crianças moradoras do bairro Piquiá de Baixo integrantes da comunidade escolar, na qual, em parceria com as professoras da escola e acadêmicos e acadêmicas de Pedagogia da UEMASUL, foram lidas várias histórias com as crianças, na intenção de promover autonomia para criatividade, leitura, interpretação e compreensão textual no contexto da infância. Desse modo, entre os resultados tivemos muitas interações entre crianças, mães e discentes de pedagogia, causando-lhes momentos divertidos de exploração do imaginário infantil acerca de histórias como Chapeuzinho Vermelho e o Lobo Mau, Sítio do Pica-Pau Amarelo e Casa Sonolenta.

Figura IV – Comemoração do dia das mães no pátio da escola



Fonte: LIRA, 2023.

Ainda no dia 19 de maio, após as contações de histórias os discentes realizaram uma dinâmica com as mães e as crianças, para promover uma situação de amorosidade em comemoração ao Dia das Mães (Figura IV), em que foi desenhado metade de um coração no(a) filho(a) e outra metade no rosto das mães, logo, após fotografar a união dos rostos, formou-se um coração completo.

Comprendemos a amorosidade, a partir das formulações de Paulo Freire (1967), como elemento extremamente importante para que o processo de ensino-aprendizagem aconteça de forma prazerosa, humanizada e potente de significações, isto é, como elemento de ruptura com a rigidez com a qual as práticas docentes muitas vezes acontecem, sendo assim componente para uma eficaz reestruturação educacional.

As atividades de contação de histórias e de pintura corporal para comemoração do Dia das Mães tiveram como fundamento a amorosidade de forma intencional para alcançarmos uma dimensão pedagógica da aprendizagem prazerosa, que tem o contato humano como instrumento valioso para a educação. As ações, pensadas a partir da demanda por ludicidade e que trouxeram a presença das mães, corporificaram a alegria em aprender, em estar na escola e partilhar práticas que entrelaçaram vários personagens da comunidade escolar.

Já no dia 22 de maio de 2023, foi realizado a Confecção de Brinquedos Lúdicos, com o objetivo de trabalhar a psicomotricidade, criatividade,

afetividade, diversão e aprendizagens cognitivas das crianças da Escola Almirante Barroso, conforme Figuras V e VI.

Figura V – Construção do Boliche de Papelão



Fonte: Projeto EP RTPB, 2023.

Os brinquedos lúdicos construídos pelas crianças, com a mediação de discentes do curso de pedagogia integrantes do projeto, foram carrinhos de papelão, boliche e pinball de cores, sendo que a atuação e entrega dos alunos e alunas da escola campo foi tamanha que conseguiram construir os objetos em pouco tempo, sendo a elas proporcionado espaço de autonomia e criatividade. Ao final das oficinas de confecção de brinquedos, as crianças, juntamente com os acadêmicos e acadêmicas de pedagogia foram brincar com as produções, nas quais trabalhou-se a coordenação e psicomotricidade no boliche, noção de velocidade com os carinhos e com pinball de cores foi possível identificar as cores a serem colocadas nos canos coloridos.

Figura VI – Construção do Pinball de Cores



Fonte: Projeto EP RTPB, 2023.

As interações entre acadêmicos e acadêmicas de pedagogia integrantes do projeto e as crianças estudantes da Escola Municipal Almirante Barroso podem ser percebidas nas Figuras V e VI, que retratam diferentes atividades, construção de boliche de cores e construção de pinball de cores, respectivamente.

Nesse processo formativo, para além das aprendizagens sistematizadas pelas crianças a partir da ludicidade e do prazer, houve valiosas e significativas aprendizagens por parte de acadêmicas e acadêmicos de Pedagogia, que puderam planejar e efetivar, enfim, vivenciar práticas educativas numa dimensão da Educação Popular e que ressignificaram o conhecimento privilegiado pelo currículo escolar ao se embasarem em demandas sociais apresentadas pela comunidade de Piquiá de Baixo.

A objetividade da Educação em Direitos Humanos, é a de atuar na formação de sujeitos em suas diversas dimensões, na intenção de promover o desenvolvimento da sua constituição história cultural e humana de cidadão e cidadã, sendo esses, autônomos e potências para atuar na luta por seus direitos, mas, sobretudo cumprindo seus deveres e fomentadores de sua humanização. (TAVARES, 2010). Sendo assim, sujeitos que gozam de uma educação nessa perspectiva teórica prática, tornam-se capazes de atuar frente às injustiças e desigualdades, “... reconhecendo-se como sujeito autônomo e, ademais,

reconhecendo o outro com iguais direitos, nos preceitos de diversidade e tolerância, valorizando assim a convivência harmoniosa, o respeito mútuo e a solidariedade”. (TAVARES, 2010, p. 488).

Gincana no Território de Piquiá de Baixo e a Semana Mundial do Brincar

Agir numa prática pedagógica em direitos humanos, precisa-se promover um empoderamento individual e coletivo, pautado na objetividade de ampliar os diversos espaços de poderes, de tal forma, que conte com a participação de todos e todas, sobretudo, dos grupos sociais excluídos e vulneráveis. (TAVARES, 2010).

A Gincana no Piquiá de Baixo ocorreu dia 24 de maio de 2023, sendo uma atividade em parceria com outro evento que estava ocorrendo, a Semana Mundial do Brincar, que tinha como principal temática “A natureza do brincar”, partindo das situações-problemas-desafios: Piquiá de Baixo e a sua memória, trajetória, violação dos direitos humanos, história e o processo de reassentamento para o Piquiá da Conquista. Desse modo, o objetivo da Gincana foi promover diversão, desenvolvimento de jogos e brincadeiras desportivas e competitividade saudável, com o foco de que fossem trabalhados temas geradores das situações-problemas-desafios apresentadas.

A gincana foi realizada no espaço da quadra poliesportiva do bairro Piquiá de Baixo, sendo uma atividade aberta à todas as crianças, jovens e adultos da comunidade. Conforme já relatado, a atividade integrou a Semana Mundial do Brincar, o que acarretou que acadêmicos e acadêmicas de pedagogia não integrantes do projeto EPCRTPB participassem ativamente. Isso foi de singular importância, pois, para além dos discursos proferidos em eventos na universidade, vários (as) estudantes de pedagogia puderam presenciar a realidade de Piquiá de Baixo e tecer novos olhares sobre a luta comunitária.

Figura VII – Participantes da Gincana



Fonte: Projeto EP RTPB, 2023.

Durante a Gincana, Durante a Gincana, que contou com a participação retratada na Figura VII, foram realizadas brincadeiras como puxa a corda, perguntas e respostas com temas da localidade, soletrando com palavras locais e acerca da defesa do meio ambiente, disputa de corrida no saco, corrida com as mãos, ovo na colher, competição de embaixadilha com a bola e o melhor grito de guerra, ou seja, todas focadas no desenvolvimento psicomotor, luta e defesa da comunidade frente aos desafios ambientais enfrentados.

Foram momentos de diversão, na qual promoveu uma noção de organização e reavaliação de acadêmicos e acadêmicas quanto as metodologias construídas e didáticas empregadas para cada brincadeira, jogo ou instrumentos lúdicos, na representação da compreensão da importância de trabalhar Ciências Naturais a partir dos territórios que os sujeitos vivem.

O momento foi constituído graças a autonomia das crianças e gerou um processo de aprofundamento no contexto das suas próprias realidades, sendo assim, uma educação não formal em direitos humanos, orientou-se pelos princípios da emancipação e autonomia. (PNEDH, 2007).

Observou-se como resultado da Gincana, um processo de sensibilização e formação de consciência crítica sobre a realidade, direcionando para uma noção da necessidade de reivindicações e propostas de ações na defesa contra a violação

dos direitos humanos, ambientais, sociais e econômicos. Além de outros pontos de aprendizagens citados como orientação com base no PNEDH (2007):

... b) adoção e exercício de práticas voltadas para a comunidade; c) aprendizagem política de direitos por meio da participação em grupos sociais; d) educação realizada nos meios de comunicação social; e) aprendizagem de conteúdos da escolarização formal em modalidades diversificadas; e f) educação para a vida no sentido de garantir o respeito à dignidade do ser humano. (PNEDH, 2007, p. 43).

Esses pontos foram alcançados graças a atividades de perguntas e respostas, produção cultural de materiais sobre a realidade local e atividades culturais e pedagógicas que trabalharam com signos e significações, por meio das músicas, fotografias e movimentos corporais. De tal forma, que evocou das crianças, adolescentes e jovens, processos de linguagem oral e visual, para falarem das suas vidas e processos de resistência da comunidade.

Oficinas de Fotografia e de Cartografia Social

A Oficina de Fotografia ocorreu dia 05 de junho de 2023, com o objetivo de trabalhar os temas geradores das seguintes situações-problemas-desafios: Meio ambiente, paisagem, território do Piquiá de Baixo, a imagem como denúncia social e criação de um acervo de fotografias do local pelas crianças e adolescentes. Destarte, a Figura VIII e IX representa alguns dos resultados dessa atividade.

Figura VIII – Flores entre Trilhos



Fonte: Michele, 2023.

Diante dessa fotografia pela adolescente Michele, observamos algumas das flores locais que ficam próximas ao banho do 40 e a ponte dos trilhos da estrada de ferrovia carajás. A moradora da localidade em nosso encontro posterior no dia 16 de junho relatou que estava pensando na diversidade de flores e em como mesmo frente ao impacto da ferrovia, elas se mantem vivas e esteticamente bonitas.

Figura IX – Relação das Crianças com o Banho 40



Fonte: Vanessa, 2023.

Vanessa (2023), ao registrar esse momento, relata seu encantamento com o acolhimento das crianças e adolescentes da comunidade, observando o amor que esses possuem pelo rio, que mesmo frente ao impacto da ponte e a poluição das águas, mostra como o território e natureza do Piquiá de Baixo, resistem aos impactos ambientais. Logo, observamos o quanto esses locais são valiosos para esses sujeitos, quanto à subsistência por meio do peixe e o lazer através do banho.

Dessa maneira, a EDH visa promover processos educativos que sejam críticos e reflexivos entre os sujeitos e suas realidades, que despertem a consciência das pessoas acerca das suas responsabilidades enquanto cidadão e cidadã, focado justamente na relação entre o respeito ao ser humano. (TAVARES, 2010). A Educação popular em Direitos Humanos que parte dessa interdisciplinaridade entre a Geografia (Cartografia Social), História (memórias e trajetórias), Direito (Direitos Humanos) e Ciências Humanas (relações sociais

de poder), é um processo “... crítico ativo, que significa modificar as atitudes, as condutas e as convicções, mas não pela imposição dos valores e sim por meios democráticos de construção e de participação que busquem possibilitar a experiência cotidiana desses direitos”. (TAVARES, 2010, p. 490-491).

Após esse momento de fotografias, em outro momento no dia 16 de junho de 2023 foi realizado uma Oficina de Cartografia e amostra das imagens produzidas pelas crianças e adolescentes, para assim, os (as) mesmos (as) relatarem que significação tinha sobre o local e imagens capturadas, desse modo, após isso conforme a Figura X, através de desenhos cartográficos as crianças desenharam um mapa social do território geográfico de Piquiá de Baixo.

Figura X – Mapas Cartográficos produzidos pelas crianças e adolescentes da comunidade



Fonte: Projeto EPRTPB, 2023.

Os(as) participantes foram divididos em 8 grupos de 4 pessoas, sendo acompanhado cada um por um mediador discente de Pedagogia, sendo assim, as orientações repassadas aos participantes era a de que, de forma livre e espontânea usando os materiais que estavam à disposição, que criassem um mapa da localidade de forma coletiva, utilizando a criatividade e com base no que viram através das oficinas de fotografias.

As atividades serviram para as crianças e adolescentes exploram a fotografia e mapa cartográfico social, como forma de compreender o território e produzir conteúdo como base de uma memória viva, para quando forem

reassentados para o Piquiá da Conquista, terem assim, em memória viva, as lembranças do início da constituição histórica, cultural e territorial de suas vidas.

Com isso, rememora um processo de reflexão apontado no PNEDH (2007), na qual, os movimentos sociais, organizações sociais sem fins lucrativos, entidades civis e partidos políticos constroem práticas de educação não formal, a partir do contexto em que estimular esses grupos a refletirem acerca das suas próprias condições de vida, e “os processos históricos em que estão inseridos e o papel que desempenham na sociedade contemporânea”. (p. 43).

Portanto, essas práticas educativas não formais fomentam esses grupos, comunidades e povos tradicionais a se organizarem e de forma autônoma proporem uma interlocução entre as autoridades públicas, sobretudo, em propostas de ações que cobrem principalmente a formulação e defesa de políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação de educadores(as) em direitos humanos deve objetivar a construção de metodologias ativas e participativas, nas quais, precisam envolver os sujeitos para que participam de atividades como essas na comunidade Piquiá de Baixo, despertando o interesse e a autonomia, sem esquecer que contextos específicos necessitam de abordagens particulares e singulares a cada realidade. (TAVARES, 2010).

No contexto nacional, a Educação em Direitos Humanos historicamente vem apresentando uma maior inserção nos espaços em educação não formal, ou seja, nos movimentos sociais, das associações civis e das organizações não governamentais. (TAVARES, 2010). Nesse campo, as práticas em Educação Popular estão focadas nos processos de participação em ações coletivas, nas quais, são não formais e trabalham justamente a reflexão crítica, focando justamente no desenvolvimento dos conhecimentos e atuação de sujeitos frente as suas próprias situações-problemas-desafios, não deixando de lado os direitos civis, políticos, econômicos e socioculturais.

As práticas de Educação Popular em Direitos Humanos no Piquiá de Baixo, para tanto, foi essencial principalmente para comunidade e para o processo de formação docente dos discentes da Pedagogia da UEMASUL de Açailândia, no sentido de que, promoveu através de processos dialógicos e construtivos

coletivamente, uma autonomia e melhor preparo para enfrentar a realidade social e suas principais situações-problemas-desafios.

Diante disso, trouxe para a comunidade uma maior visibilidade, promovendo um compromisso social, ético e político, da Universidade para com a Comunidade Externa, contribuindo para o fortalecimento da luta pela defesa do meio ambiente e na garantia e defesa de Direitos Humanos.

Por meio de processos pedagógicos sistemáticos, elaborados e construídos na base popular, vem preencher lacunas existentes e apoiar outras organizações e movimentos sociais que já atuavam na comunidade.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2014.

ARROYO, Miguel. **Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2004.

BARROSO, Betânia O. **A constituição do sujeito de aprendizagem: uma perspectiva da aprendizagem situada na alfabetização de jovens e adultos no Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá - CEDEP – DF**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18638/1/2015_Bet%c3%a2niaOliveiraBarroso.pdf> Acesso em 9 de novembro de 2019.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 7ª reimpressão. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos/Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos**. – Brasília: Secretaria de Direitos humanos, ministérios da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2013.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

CANDAU, V. M. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**. V.13 n.37 jan/abr. 2008.

FIDH; JNT. **PIQUIÁ FOI A LUTA: Um Balanço do cumprimento das recomendações para abordar as violações aos direitos humanos relacionados à indústria da mineração e da siderurgia em Açailândia, Brasil**. Revista FIDH. ISSN 2227-2119. 2019.

LANFRANCHI, V. A. P. **ESTRATÉGIAS DA LUTA POR DIREITOS: A EXPERIÊNCIA DE PIQUIÁ DE BAIXO – MARANHÃO**. Revista FIDH, JnT, Sage e ACMP. Açailândia, MA. 2020.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. 12 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 27. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992, 245 p.

HERMES, Simoni Timm. **Metodologia do ensino de ciências naturais** [recurso eletrônico] / Simoni Timm Hermes. – 1. Ed. – Santa Maria, RS: UFMS, NTE, 2019. 1 e-book.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

TAVARES, C. **Educar em direitos humanos, o desafio da formação dos educadores numa perspectiva interdisciplinar**. In: Educação em Direitos humanos: fundamentos teórico-metodológico. Brasília: Secretaria Especial dos direitos humanos, 2010.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia de Pesquisa-ação**. São Paulo: Saraiva. 2009.

Vygotsky, L. S. **A formação social da mente**. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

YIGOTSKY. L. S. **Incluye problemas del desarrollo de la psique**. Obras Escogidas. Tomo III. Madrid: Visor, 1995.

YIGOTSKY. L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.